

Audiência em Osasco debate aumento dos casos de feminicídio

Encontro teve relatos, cobranças e discussões para combater o feminicídio

Ricardo Migliorini/Câmara Municipal de Osasco

A Câmara Municipal de Osasco realizou uma audiência pública para discutir o aumento dos casos de feminicídio no município. A reunião teve a presença de vereadores, representantes de movimentos sociais, instituições e familiares de vítimas, que compartilharam relatos e cobraram políticas públicas mais incisivas.

A atividade foi conduzida pela Comissão da Criança, do Adolescente, da Juventude e da Mulher. Os trabalhos foram presididos pelos vereadores Batista Comunidade (Avante) e Heber do JuntOZ (PT). Ambos fazem parte da comissão, que também é formada pelos parlamentares Elsa Oliveira (Podemos), presidente; Stephane Rossi (PL), relatora; Elânia Silva (PSD); e Alexandre Capriotti (PL).

No início, Batista pediu um minuto de silêncio em memória das mulheres vítimas de feminicídio. Em seguida, apresentou dois vídeos de reflexão sobre o tema. “Nenhuma mulher deveria morrer porque decidiu ser livre” e “O silêncio também mata e a omissão fortalece a violência” foram frases destacadas.

Os depoimentos das pessoas atingidas direta ou indiretamente pela violência emocionaram o público. Eliane Almeida foi aos prantos ao relembrar o assassinato de sua filha. “A Amanda foi retirada da vida com muita brutalidade e crueldade, por não aceitar



Familiares, poder público e representantes da rede de proteção participaram do debate

a separação. Quantas crianças vão ficar sem mães? Temos que começar a ensinar na escola o respeito às mulheres.”

Gilmara relatou que passou 12 anos sofrendo agressões físicas e psicológicas de seu ex-marido, causando problemas de locomoção. “Ele me deu 12 pauladas quando eu estava com meu filho no colo e quebrou a loja onde eu trabalhava.” Ela pede acolhimento para as vítimas que sobrevivem e ainda acrescenta que essas mulheres vão seguir a vida com um trauma enorme para sempre.

Pedidos e soluções

Alguns representantes de movimentos sociais, como Amanda Ferreira, do coletivo Vozes que Não se Calam, denunciaram a precariedade do sistema de proteção. Ela destacou que Osasco não tem delegacia da mulher funcionando 24 horas e também afirmou que o poder público precisa agir com urgência.

A presidente do Projeto Social Luva Rosa, Janaina de Castro, destacou a necessidade de políticas públicas incisivas, especialmente em bairros da Zona

Norte do município. “Precisamos de práticas firmes e acompanhamento das vítimas”, disse.

Deise Moreira, da Associação Da Ponte Pra Cá, comentou sobre as iniciativas educacionais em prol da comunidade. “O olhar que nós temos é de levar informação, não normalizar o machismo, que é romantizado em forma de falas agressivas contra nós, que somos mulheres”, explicou.

Para enfrentar essa onda de violência, uma mudança cultural é necessária, segundo o vereador Alexandre Capriotti. “Nenhuma

lei será suficiente se não houver transformação de mentalidade. É preciso ensinar desde cedo que respeito não é favor, é dever.”

Heber do JuntOZ lembrou que a execução das políticas cabe ao Executivo e anunciou nova audiência pública para o próximo dia 27 de abril, para debater a necessidade de funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher de Osasco.

Questionamentos

A reunião foi aberta para que o público pudesse fazer questionamentos, tanto de forma presencial quanto online. Os munícipes perguntaram sobre a implementação de mais delegacias da mulher na cidade e sobre a rede de proteção contra a violência doméstica.

Janaina de Castro afirmou que Osasco possui equipamentos para o enfrentamento da violência, como o botão do pânico e os CRAS, mas ressaltou a necessidade de um centro de atendimento 24 horas, já que o acesso ao botão não é de livre alcance.

No encerramento da reunião, Batista Comunidade defendeu que a união de forças entre sociedade civil e poder público é essencial para garantir políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. “Algumas coisas que não funcionam precisam funcionar. É questão de empatia”, concluiu.

Funcionamento do Instituto Federal SP em Mauá

Divulgação/Prefeitura de Mauá

O Ministério da Educação oficializou a autorização de funcionamento do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)-Campus Mauá. Essa medida é um avanço para a consolidação da unidade, que amplia o acesso à educação pública gratuita e de qualidade.

O campus passa a ter respaldo institucional para se estruturar e expandir suas atividades. Isso fortalece a integração com a comunidade e contribui diretamente para a formação educacional e profissional da população.

Segundo Tamyris Bonilha, a diretora-geral do Campus Mauá, essa autorização dá início a uma etapa inédita e que a oficialização do funcionamento do campus amplia a autonomia institucional e implementa de forma estruturada os projetos educacionais.

O prédio que abriga o campus segue na fase de obras. A previsão



MEC fortalece a instalação da unidade no município

de conclusão é em Abril e a inauguração oficial está prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre. A intenção é que os primeiros cursos iniciem em agosto.

O campus atenderá 400 estudantes, tendo como projeção alcançar até 1,4 mil alunos num

prazo de três anos

Entre os cursos ofertados estão Mecatrônica, Fabricação Mecânica, Informática e Planejamento e Controle da Produção. A unidade também oferecerá Licenciatura em Pedagogia, além de cursos livres de curta duração

Combate à dengue mobiliza Barueri

O Jardim Audir recebeu o Dia D de combate à dengue uma ação de conscientização que foi promovida pela Secretaria da Saúde, com o apoio de outras secretarias municipais e da Diretoria Técnica de Controle de Zoonoses. As atividades ocorreram no decorrer do dia. No período da manhã, materiais informativos foram distribuídos para a população.

Na parte da tarde, as equipes realizaram visitas domiciliares, dando orientações e fazendo vistorias nos imóveis da região. A atividade teve a ampla presença de profissionais e, ainda, ela integra um conjunto de ações permanentes de enfrentamento à dengue na cidade. Esse conjunto inclui visitas regulares de agentes de combate às endemias nos bairros de Barueri.

Durante as visitas, os agentes verificaram e inspecionaram

quintais e áreas externas, identificando possíveis criadouros do mosquito. Entre eles estão recipientes que acumulam água parada, como vasos de plantas, calhas entupidadas, pneus, caixas d'água destampadas e piscinas sem manutenção.

A água parada e acumulada é o ambiente ideal para a reprodução do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue e de outras doenças. Proteger ou eliminar os locais onde a água fica nesse estado, é essencial para interromper o ciclo de proliferação do vetor.

Alguns sintomas que a dengue pode causar são: febre, dor de cabeça, dores no corpo e nas articulações, além de dor atrás dos olhos, podendo evoluir para formas mais graves.

Diante de qualquer sintoma, a orientação é procurar atendimento médico.